

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Fernando Antonio Leite de Oliveira*

1. O CONTEXTO DA UFU

Desde 1980 têm-se feito discussões, na Universidade Federal de Uberlândia, para mudar o sistema de avaliação. Em diversas ocasiões, foram feitas consultas a diversas instâncias da comunidade sobre o quê e em que direção mudar. E parece que em todas as vezes a discussão ficou retida em algum ponto sem que houvesse um progresso, nos passos seguintes. A rigor, a única mudança visível em todo esse período foi a eliminação das provas finais do semestre.

A discussão sobre a alteração da nota mínima de aprovação, de 54 para 60 ou 70 pontos foi marcada, em 83 e 84, por um artificialismo em torno de um valor aleatório que pudesse significar um maior rigor ou grau de exigência desejável. Um dos argumentos que emergiram, na época, foi o de que um aluno da UFU estaria em desigualdade de condições de competição, ao concorrer por uma vaga no mercado de trabalho, quando comparado com algum aluno

de outra Universidade que tivesse um grau de exigência maior. Não se levava em conta que a maioria das grandes universidades tinha e têm como nota mínima 50 pontos e, além disso, também, nunca se discutiu o significado educacional da nota mínima de aprovação. Não se levou em conta que a mera alteração dessa nota poderia provocar alterações proporcionais no grau de exigência do professor, de modo que não houvesse qualquer mudança em termos educacionais.

Uma das principais características do sistema atualmente vigente na UFU é o seu caráter aditivo, de somar notas atribuídas a questões de prova, a seminários, a relatórios e outras atividades diversas, cujos valores ao final do período letivo correspondem a 100 pontos.

2. O SISTEMA ADITIVO

Bloom (1963) define avaliação como uma coleta de dados, a fim de verificar se as mudanças estão ocorrendo no aprendiz, em

* Professor do Departamento de Psicologia/UFU.

* BLOOM, B.S. Testing cognitive ability and achievement, In: CAGE, N.L. (org.) *Handbook of research on teaching*. Chicago, Rand Mc Nally, 1963, cap. VIII.

qualidade e quantidade. Refere-se à avaliação somativa, à avaliação diagnóstica e à avaliação formativa.

A avaliação somativa teria como propósito avaliar o grau em que os objetivos mais amplos são alcançados, servindo como ponto de apoio na atribuição de notas. É usada também na previsão do sucesso em cursos subseqüentes. Para ela são necessárias a validade e a precisão.

A avaliação diagnóstica tem dois propósitos básicos—: a) localizar alequadamente o aluno no início da aprendizagem e b) descobrir as causas subjacentes às deficiências de aprendizagem.

A avaliação formativa é considerada por Bloom como sendo o uso de uma avaliação sistemática durante o processo de elaboração do programa, do ensino e da aprendizagem com o propósito de aperfeiçoamento desse programa, do ensino e da aprendizagem.

Em outras palavras, a avaliação pode servir para atribuir notas, ensinar os alunos a partir dos seus erros, ajudar o professor a melhorar os seus procedimentos de ensino. Mas o modo como a avaliação é efetivada tanto no 1º, como no 2º e no 3º graus, acentua o artificialismo do processo. Qual a diferença entre um aluno que tira 53 pontos de outro que consegue 54 pontos, além do fato de ter alcançado um critério pré-estabelecido? Qual a validade de somar processos diferentes como

trabalhos, relatórios, verificações de leitura, questões de prova, etc., e chegar a uma somatória comum? Qual o caráter preditivo de sucesso acadêmico ou profissional de um aluno que tira uma nota um pouco maior ou menor?

Da forma como é utilizado em nossas escolas, o sistema aditivo não tem precisão e é de validade duvidosa, pois é construído a partir de critérios aleatórios. A sua única função aparentemente útil acaba sendo a de criar tensão para a retenção, pois, para ser aprovado é preciso tirar notas e estudar. Assim, o aluno acaba retendo indiscriminadamente qualquer coisa: detalhes, ilustrações, definições, denominações, datas, etc.

3. OS CONTEÚDOS MÍNIMOS INDISPENSÁVEIS

Um dos maiores problemas do sistema aditivo tal como é amplamente utilizado é a ignorância da curva do esquecimento. Não levando em conta que a maior parte dos materiais aprendidos são naturalmente esquecidos, em um curto espaço de tempo, a aprendizagem não é construída para a retenção do essencial. Quando um professor manda os alunos estudarem um texto e não identifica claramente quais as informações relevantes daquele texto e o porquê dessas informações, está provocando um processo de retenção de não se sabe o quê. E o pior é que, muitas vezes, na prova, o professor tenta descobrir o que é

que os alunos não sabem, virando um jogo de gato e rato. Em determinadas situações, essas avaliações são usadas primordialmente como instrumento disciplinar, de premiar os bons e castigar os maus.

Se o sistema aditivo, da forma como é amplamente utilizado, não colabora para uma aprendizagem eficiente, torna-se necessário ao professor, que assume o papel de educador, não deixar de lado tanto a função diagnóstica como a formativa da avaliação. Paralelo a isso, algumas preocupações não poderiam ser deixadas de lado. A questão de o professor distinguir o essencial do acessório, na sua disciplina, parece ser o ponto de partida para uma adequada ordenação do processo do ensino, visando ao domínio do que é mais importante. A determinação do mé-

nimo indispensável, em cada disciplina, possibilita a acentuação dos aspectos mais importantes e a previsão de sucesso acadêmico em aprendizagens posteriores. Permite dar sentido aos pré-requisitos que em muitos de nossos cursos têm-se tornado uma regra meramente legal.

Assumir o papel de educador pressupõe procurar a competência no processo de ensino. Reformular nestes termos o sistema de avaliação é um passo importante para melhorar a qualidade do ensino.

Somente a partir de uma discussão efetiva sobre o conteúdo e a função da avaliação é que se torna possível chegar a mudanças que não sejam meramente alterações de valores aleatórios.